



## **Gabinete do Arcebispo Primaz**

### **HOMILIA**

*Ref. HML\_06/2018*

*Homilia na Celebração  
da Morte do Senhor*

*Braga, Sé Catedral, 30.Mar.2018, 15h*

### ***Perdeu a aparência de um ser humano***

É difícil aceitar, no texto de Isaías, a aparente incoerência entre a ideia do Messias vitorioso e o homem desfigurado que ele descreve. O profeta não se poupa a pormenores. Como é possível dizer com confiança “vede como vai prosperar o meu servo” e depois inicia uma longa e contraditória descrição do servo sofredor. “Tão desfigurado estava o seu rosto que tinha perdido toda a aparência de um ser humano”. “Muitas nações e reis ficarão calados”. Depois continua dizendo que o servo cresceu “sem distinção nem beleza, nem aspecto agradável”. Foi um castigado, ferido e humilhado. “Como um cordeiro levado ao matadouro” foi arrancado da terra dos vivos e ferido de morte. Só após este longo e penoso sofrimento, diz o profeta Isaías, “verá a luz”.

Que o Messias, prefigurado no servo maltratado, possa ter este fim ignóbil é absolutamente escandaloso. Na verdade, os primeiros cristãos que rezavam diante de uma cruz sabiam bem que a sua presença causava embaraço às pessoas, particularmente diante dos não-cristãos. Por esta razão, os primeiros espaços de oração “com cruz” previam a possibilidade de a esconder atrás de uma cortina ou no interior de um móvel. A cruz, com toda a sua carga simbólica, é e será sempre razão de escândalo, motivo de divisão das águas, entre quem procura o caminho da ressurreição e quem não o procura, entre cristãos e ateus. Poucos símbolos como este têm o condão de quebrar o muro da indiferença generalizada.

Não é por acaso que determinadas ideologias políticas, sob a capa de uma aparente inclusão, ordenaram a retirada dos crucifixos das escolas e edifícios públicos. Persiste a incapacidade de distinguir entre a saudável laicidade do Estado e a perversa ideologia do laicismo. Quando o Estado, institucionalmente laico, não compreende que a identidade, as tradições e os valores do seu povo são soberanos então simplesmente presta um mau serviço à nação. Se o povo se revê nos valores e na religião católica, qual é o benefício de o privar de manifestações que considera fazerem parte da sua identidade? Não será este um sinal de imaturidade democrática?

Ao mesmo tempo, devemos ter consciência que o cristianismo corre o perigo de se interpretar como a religião do “sofrimento”, de acreditar que “é preciso sofrer” na vida. Em tempos, esta foi uma espiritualidade dominante. E, ainda hoje, conseguimos detectar alguns rastros da sua existência. É perigo no sentido em que, se algum cristão acredita mesmo que não existe uma saída da sexta-feira santa, a esperança cristã perde a sua vitalidade e profecia. O cristianismo é a religião que acredita na esperança e na verdade da ressurreição.



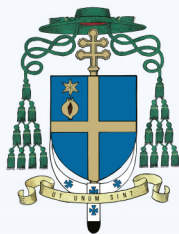
O saudoso Daniel Serrão fazia uma interessante distinção entre a dor e o sofrimento. A dor biológica resulta do estímulo dos sensores que depois chega ao cérebro e transforma-se numa emoção desagradável. Toda a dor tem sempre tratamento. Existe depois o sofrimento, que é uma construção metafísica e psicológica. É possível, por exemplo, haver dor e não existir sofrimento, bem como o seu contrário. Enquanto a dor é sempre tratável, o sofrimento exige um cuidado maior e uma intervenção de outra ordem. Veja-se o caso da perda de um familiar, um amigo ou até um evento traumático. Não provocam dor mas antes sofrimento. E é neste sentido que a sociedade contemporânea, tal como não deseja sentir dor física, parece cada vez mais intolerante ao sofrimento. Na verdade, até se confundem as duas realidades.

Caras irmãs e irmãos, é para mim inevitável, neste momento, não pensar no drama da eutanásia. Como o próprio nome indica, a eutanásia é uma “morte boa”. Diversos países na Europa legalizaram esta prática. Em Portugal, existem já projectos para a despenalização do acto de matar um paciente. Em princípio, quer-se aplicar a casos onde, de algum modo, a medicina não oferece mais soluções ou quando o paciente, reflectindo, considera que a sua vida não é digna. Aparentemente trata-se de um acto de compaixão. Mas se olharmos para os países onde este acto é praticado, descobriremos uma verdade oculta. A eutanásia é também praticada em doentes mentais, assim como em pacientes que sofrem depressão ou ansiedade. Fará sentido? Quais os limites para a eutanásia? A posição da Igreja sobre este assunto é sobejamente conhecida: a vida é, desde o nascimento ao ocaso, algo sagrado e inviolável. Compreendemos o drama de quem se suicida, mas que uma segunda pessoa ajude uma outra a morrer é, simplesmente, matar essa pessoa.

Até há pouco tempo, este princípio parecia óbvio até à classe médica. Foi, infelizmente, com espanto que assistimos a um retrocesso da classe médica também neste aspecto. O Juramento de Hipócrates, considerado um momento solene para os novos médicos, afirmava na sua versão anterior: “guardarei respeito absoluto pela vida humana desde o seu início”. Desde o ano passado, os médicos juram apenas “guardarei o **máximo de respeito** pela vida humana”. O que significa “máximo respeito”? Esta deriva subjectiva, acreditamos nós, apenas traz mais confusão do que confiança. O respeito pela vida deverá ser sempre, e em todas as circunstâncias, absoluto.

A morte não é um direito que assiste às pessoas nem matar é um dever dos profissionais da saúde. Ao mesmo tempo, ninguém pode condicionar a liberdade e a moral de um médico ou enfermeiro por razões pessoais. É preocupante, uma vez mais, quando verificamos que noutros países a objecção de consciência deixou de ser um direito. Assim sendo, como é possível advogar a eutanásia como um acto de liberdade quando o preço a pagar é o aniquilamento da liberdade do outro?

Sendo claro que a eutanásia não é um caminho nem um direito, importa sobretudo ir à raiz do problema. O que conduz uma pessoa ao suicídio ou ao pedido de eutanásia? É aqui que considero pertinente a reflexão de Daniel Serrão: o sofrimento. O sofrimento, sendo do âmbito psicológico e, porque não dizê-lo, espiritual, quando é desvalorizado leva à morte. Mas as ferramentas necessárias para curar esta ferida não são um bisturi ou um mero comprimido mas antes o afecto, a presença, a segurança, a compaixão, a esperança e acompanhamento médico e espiritual. Pretendemos fazer dos hospitais uma casa da morte ou uma casa da esperança? Pretendemos médicos que garantam o máximo respeito ou o absoluto e incondicional respeito pela vida? Não é mais proveitoso políticas



que ajudem os cuidadores, políticas que apoiem as unidades de cuidados continuados e paliativos...  
políticas educativas que ensinem às crianças o tesouro da vida, da integração e do cuidados dos mais frágeis?

A vida é um valor inegociável. A História da Humanidade já há muito nos deveria ter ensinado este princípio fundamental. Basta que nos recordemos das mortes decorrentes das Guerras Mundiais, das ideologias autoritárias, das perseguições. Também Jesus foi uma vítima inocente da política e da religião. Qual é o preço de uma vida? Paremos este atropelo aos mais altos valores da Humanidade. A eutanásia, por muito que nos custe, é uma forma de aparente compaixão mas que, na verdade, resulta de interesses económicos e ideológicos ocultos, assim como é o resultado da nossa incapacidade pessoal e social de cuidarmos dos nossos. E quando isso acontece, então nós próprios, como dizia o profeta Isaías, desfiguramo-nos e “perdemos a aparência de ser humano”.

Que as chagas abertas de Cristo, no dia em que fazemos memória da sua morte, toque o coração dos intervenientes políticos, das instituições sociais e de saúde, bem como das comunidades cristãs, e nos ajude a sermos sinais de esperança numa cultura dominada pela morte.

---

† Jorge Ortiga, *Arcebispo Primaz*